

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.427 - SP (2019/0096102-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : JOSE CAETANO DE BARROS - ESPÓLIO
REPR. POR : AIRTON CLAUDIONOR CAETANO DE BARROS -
INVENTARIANTE
AGRAVANTE : GABRIEL DO NASCIMENTO FERREIRA
AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS ACHE - ESPÓLIO
REPR. POR : CLAUDIA PROTTI ACHE - INVENTARIANTE
AGRAVANTE : JOSE ATILIO MARCARI - ESPÓLIO
REPR. POR : DEOLANDA MAGIO MARCARI - INVENTARIANTE
AGRAVADO : SEMOI SERVIÇOS DE MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA
REPR. POR : ZILDA LOPES DELL AGOSTINHO
ADVOGADO : FERNANDO LUIZ ULIAN - SP079951
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
VITOR DA SILVEIRA PRATAS GUIMARÃES - SP185991

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por incidência da Súmula n. 7 do STJ.

O Tribunal de origem desproveu o agravo de instrumento interposto pelos agravantes, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 236):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Parte exequente que postula pelo levantamento de valores depositados nos autos uma vez que os considera incontroversos. Decisão posteriormente retificada para observar a necessidade de prestação de caução, consoante determina o art. 520, IV, do CPC, à luz da não concessão de efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto pelo banco executado.

Inconformismo dos credores-agravantes que não merece acolhida. Questão atinente a cabimento/necessidade de aplicação de juros remuneratórios no cálculo do saldo devedor que pende de apreciação pelo STJ, pois objeto do recurso à instância superior. - RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 295/298).

No recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os agravantes apontaram violação do art. 311, II, do CPC/2015, além de divergência jurisprudencial, pretendendo o levantamento, independente de caução, do valor fixado na sentença que julgou ação de cobrança, por considerá-lo incontroverso. Afirmaram que (e-STJ fl. 250):

A razão da interposição deste Recurso Especial, com fundamento em dissídio jurisprudencial sobre o tema, DECORRE DA REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ENTENDE SER POSSÍVEL O LEVANTAMENTO DA CONDENAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DE CAUÇÃO, QUANDO JÁ TRANSITADA EM JULGADO A AÇÃO DE CONHECIMENTO E JULGADA IMPROCEDENTE, EM PRIMEIRO E SEGUNDO

Superior Tribunal de Justiça

GRAUS, O INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E TAMBÉM, DA VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL - ARTIGO 311, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, QUE AUTORIZA CONCESSÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA.

Sustentaram a inadmissibilidade do recurso especial interposto pelo agravado, o que reforçaria a pretensão de levantamento do valor que considera incontroverso, aduzindo inexistir fundamento para alteração do entendimento anteriormente adotado.

Às fls. 375/509 (e-STJ), apresentam pedido de antecipação de tutela para levantamento do valor depositado, independentemente de caução.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

Ao manter a caução como condição para o levantamento do depósito pretendido pelos agravantes, o Tribunal de origem assim se pronunciou (e-STJ fls. 240/241):

[...] ao revés do que sustentam os agravantes, considerando que o recurso interposto à instância superior tem como objeto também questão atinente ao cabimento/necessidade de aplicação de juros remuneratórios no cálculo, não há que se falar em montante incontroverso e falta de provisoriedade à decisão, permitindo a dispensa da prestação de caução suficiente e idônea que tem o escopo de garantir a reversibilidade do levantamento de depósito em dinheiro realizado nos autos.

[...]

Destarte, havendo discussão sobre o prosseguimento da execução, valores, com reflexo na existência de saldo devedor, todo o restante é controvertido, cujo levantamento exige a prestação de caução idônea e suficiente, nos termos do art. 520, IV, do CPC.

Em que pese a sentença tenha transitado em julgado, havendo discussão em execução sobre os valores pendente de solução na instância superior, trata-se de execução provisória no que pertine a esses valores (eventual saldo devedor).

Alterar as conclusões do TJSP para reconhecer incontroverso o valor depositado pelo agravado e dispensar a apresentação de caução para o levantamento pretendido importaria o revolvimento de matéria fática, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo, ficando prejudicado o pedido de antecipação de tutela.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator